

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ- PA E SUA RELAÇÃO COM AS OCUPAÇÕES URBANAS: O CASO DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA

Magno Ricardo Silva de Carvalho

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, PA, Brasil
magno.ricardo9@gmail.com

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Marabá, PA, Brasil
marcussouza@unifesspa.edu.br

RESUMO

Este trabalho possui por objetivo compreender a importância das ocupações urbanas, no processo de produção do espaço urbano no município de Marabá- PA, utilizando como recorte espacial o bairro Nossa Senhora Aparecida. Para isso, primeiramente, nos atemos a uma reflexão acerca da produção do espaço urbano, recorrendo a autores que discutem desde os agentes produtores do espaço urbano, às suas lógicas de produção. Também, se fez necessário entender a dinâmica recente da produção do espaço urbano marabaense. Tal dinâmica está atrelada às diferentes lógicas de produção espacial, inclusive, a lógica da necessidade, apresentando-se como fatores relevantes no surgimento e, posteriormente, expansão do bairro Nossa Senhora Aparecida, um dos mais notáveis expoentes dessa lógica de produção do espaço em Marabá, sobre o qual este trabalho apresenta uma investigação a respeito da realidade socioespacial e de como a cidade atende os moradores no que se refere a serviços básicos e equipamentos urbanos. Através da aplicação de formulários e trabalhos de campo, foi possível verificar as dificuldades de acesso dos moradores do bairro à cidade e seus equipamentos, configurando uma situação de negação da cidade para com as áreas de ocupação urbana.

Palavras-chave: Lógica da Necessidade; assentamentos informais; equipamentos urbanos.

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE IN MARABÁ-PA AND ITS RELATIONSHIP WITH URBAN OCCUPATIONS: THE CASE OF THE NEIGHBORHOOD NOSSA SENHORA APARECIDA

ABSTRACT

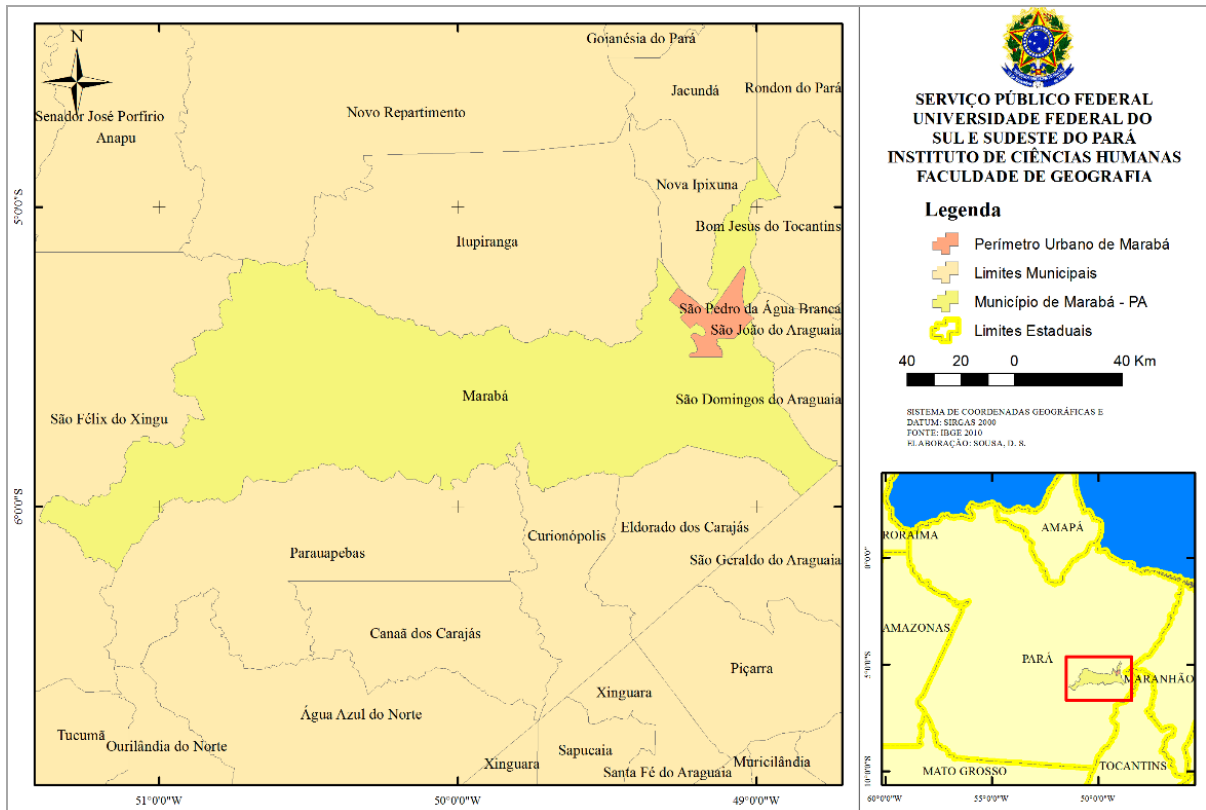
This work aims to understand the importance of urban occupations in the process of production of the urban space in the municipality of Marabá-PA, using as a spatial clipping the neighborhood Nossa Senhora Aparecida. For this, we first focused on a reflection about the production of the urban space, seeking authors who discuss from the agents producing the urban space until arriving at their logics of production. Also, it was necessary to understand the recent dynamics of the production of urban space in Marabá. This dynamics is linked to the different logics of spatial production, including the logic of necessity, presenting itself as relevant factors in the emergence, and later, expansion of the Nossa Senhora Aparecida neighborhood, one of the most notable exponents of this space production logic in Marabá. About which this work presents an investigation about the socio-spatial reality and of how the city attends the residents of the same, as far as basic services and urban equipment is concerned. Through the application of questionnaires and fieldwork, it was possible to verify the difficulties of access of the residents of the neighborhood to the city and its equipment, configuring a situation of denial of the city in relation to the areas of urban occupation.

Key-words: Logic of necessity; illegal neighborhoods; urban equipments.

INTRODUÇÃO

A extração da matéria prima da borracha foi fator determinante no surgimento e expansão de espaços urbanos na Amazônia, e no sudeste do Pará não foi diferente, onde a extração do caucho (árvore amazônica produtora de látex, assim como a seringueira) favoreceu o rápido crescimento e notoriedade a um espaço urbano estrategicamente surgido entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, culminando na criação do Município de Marabá (FIGURA 1).

Figura 1: Mapa de Localização do município de Marabá e seu perímetro urbano (2015)



Elaboração: CARVALHO (2016).

A produção do espaço urbano no município seguiu atrelada ao extrativismo vegetal até os anos 1960, quando além deste as principais atividades passaram a ser relacionadas à pecuária e à extração mineral. Nessa mesma década, o Estado brasileiro passou a atuar de forma muito mais intensa na região, com o intuito de integrá-la economicamente aos fluxos capitalistas nacionais e internacionais, principalmente através da construção de rodovias e viabilizando o extrativismo mineral, por meio de obras e equipamentos em Marabá e região. Todos esses processos tiveram importância na produção do espaço urbano da cidade, transformando-a em estratégico centro regional e atraindo intensos fluxos migratórios.

Centenas de trabalhadores e suas respectivas famílias chegaram a Marabá a partir desse momento e, principalmente, a partir dos anos 1980. Que fossem sob o atrativo do ouro em Serra Pelada, que fossem em busca de emprego nas obras dos grandes projetos, todos necessitavam de habitação e não sendo, em sua maioria, atendidos nem pelo Estado e nem detendo poder aquisitivo para adquirir imóveis da iniciativa privada, produziam seu próprio espaço de moradia. Ou seja, o espaço era produzido, a partir do que Abramo (2010) vem chamar de lógica da necessidade, que é justamente, a

forma de produzir espaço dos indivíduos excluídos das lógicas de produção habitacional do mercado e estatal.

A produção da cidade no município de Marabá permaneceu, em grande parte, atrelada à lógica da necessidade até o século XXI, onde momentos específicos da economia local favoreceram fluxos migratórios para o município, como o auge da indústria siderúrgica em 2005 e posteriormente o anúncio da implantação do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA), momentos que favoreceram não apenas os fluxos migratórios, como também desencadearam alterações no mercado imobiliário, fomentando, também, a produção espacial através da lógica supramencionada.

Deste modo, o presente estudo tem por objetivo compreender a importância das ocupações urbanas no processo recente de produção do espaço urbano em Marabá, a partir da análise sobre o bairro Nossa Senhora Aparecida. Também foram elencados como objetivos específicos, realizar uma discussão teórica sobre a produção do espaço urbano e a participação dos assentamentos informais e grupos sociais excluídos neste processo; demonstrar o cenário atual do bairro Nossa Senhora Aparecida e avaliar as estratégias de sua população para garantir o acesso à cidade.

Para a realização deste trabalho foi necessário, primeiramente, um levantamento bibliográfico acerca da produção do espaço urbano, onde discutimos desde o conceito de produção, que envolve a produção espacial, dando notoriedade ao urbano, até as lógicas de produção desse espaço além, é claro, de autores que dissertam sobre o urbano na Amazônia e mais especificamente em Marabá.

Para a compreensão da realidade do bairro escolhido, foram realizados trabalhos de campo *in loco*, onde foi feito um levantamento de dados primários através, principalmente, de formulários onde foi utilizada amostragem aleatória simples, tendo como universo o número de domicílios do bairro que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2010) é de 786, com cálculo amostral e amostra de 95% de confiança e margem de erro de 5%.

REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O conceito de produção na análise lefebvreana possui um duplo caráter; um aponta para o processo de produção do homem, outro para a produção de objetos, ou seja, um *lato sensu*, outro *stricto sensu*. O primeiro trata da produção das humanidades, e tudo o que é inerente ao ser humano enquanto obras, ou seja, as artes, a ciência, a filosofia, a religião. A produção no seu sentido mais estrito, trata da produção das coisas, dos objetos (CARLOS, 2011; GODOY, 2008).

Porém, anterior a isto, é preciso deixar claro que Lefebvre (1991), em sua obra 'A produção do espaço', tinha como proposição desenvolver a ideia de que o espaço (social) é um produto (social); assim, cada sociedade (ou modo de produção) produz o seu espaço. Para Lefebvre (1991), o espaço social contém as relações sociais de reprodução (relações biofisiológicas) e as relações de produção (divisão do trabalho), sendo que estes dois encadeamentos (produção e reprodução) são inseparáveis. Assim, esta relação se apresenta de forma dialética, com as contradições e aproximações entre as relações sociais e produtivas, numa dialética socioespacial.

Aplicando essa compreensão do conceito de produção à espacialidade na Geografia, podemos entender que o espaço, urbano inclusive, é proveniente tanto do sentido mais estrito de produção, quanto do mais amplo, já que sua reprodução ocorre através da produção de mercadorias e bens básicos, necessários à existência do homem, mas, que também é produzido pela humanidade através das suas atividades, convicções, ideologias, e outras necessidades surgidas a partir dos modos de vida.

A cidade, segundo Lefebvre (2001) retrata com clareza a dupla dimensão do conceito de 'produção'. Em primeiro lugar, diz o autor, a cidade 'é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres'. Em segundo lugar, concentra funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos e ainda agrega mediações de convergências entre o movimento da totalidade e suas partes (GODOY, 2008, p. 129).

Sposito (2004) vem reforçar essa ideia quando afirma que a unidade dessa duplicidade é proveniente do fato de que a cidade é manifestação da produção no sentido amplo, enquanto obra que se materializa para comportar a produção no seu sentido restrito, como localização para a produção de bens e serviços.

Esta relação indissociável de um sentido da produção em relação ao outro, expressos na cidade como condição da relação e, ao mesmo tempo, sua tradução, permite destacar a reflexão da cidade como materialização concreta do processo de urbanização, e, por conseguinte, da própria história... (SPOSITO, 2004, p. 50).

Quando Sposito (2004) fala da cidade enquanto materialização do processo de urbanização e da própria história, significa dizer que cada momento histórico da cidade contribui de certa forma para a concretização do urbano no momento atual, de acordo com os processos contemporâneos de produção do espaço, que corroboram para a reprodução do mesmo neste e em outros tempos. Dessa forma, produção e reprodução do espaço se comportam numa relação dialética, portanto, o urbano é produto histórico, ao mesmo tempo, que é realidade presente, proveniente da produção e reprodução dos seres humanos, isso porque a produção espacial urbana é realizada no cotidiano das pessoas e emerge como forma de ocupação de determinado espaço em um tempo específico.

Carlos (2011) afirma que o espaço é, além de produto, meio e condição da reprodução social, entendido aqui como o próprio urbano, ou como a própria reprodução deste. A cidade, enquanto representação do espaço e produto do trabalho social, se efetiva como condição geral da produção, pois é o *locus* da própria produção e da circulação desta, e tudo mais que está imbricado nesse processo como os mercados que giram em torno da produção e as atividades que dão apoio a ela. Também é sob o prisma do morador, principalmente, meio para esta reprodução, pois é onde concentra a habitação e todos os fatores e implicações referentes ao habitar na sociedade atual (equipamentos urbanos, lazer, cultura, entre outros), ou seja, o consumo (CARLOS, 2008).

Ainda segundo Carlos (2011), a inserção do espaço urbano no modo de produção capitalista transforma-o em mercadoria, sendo imposto sobre ele o valor de troca ao invés do valor de uso, inserindo-o na lógica da acumulação, colocando sob o domínio do capitalismo o uso do espaço que, como já dito, é condição e meio da realização da vida e da sua própria reprodução, e essa produção do espaço agora como propriedade privada, vem a ser o fator principal dos conflitos por terra no espaço urbano.

Este, por sua vez, reproduz-se através dessa perspectiva capitalista, recriando constantemente as condições para a reprodução do capital, já que a cidade congrega os meios de produção e as pessoas, e é onde ocorre a divisão econômica, social e espacial do trabalho (CARLOS, 2008). Sob essa lógica do valor de troca do espaço sobreposto ao valor de uso, as cidades brasileiras se transformaram, como afirma Sposito (2004), em verdadeiros espaços de consumo para a produção capitalista de bens e serviços, fazendo também com que a própria cidade passe a ser mercadoria, portanto, passível de ser consumida mediante as imposições da lógica capitalista, sendo criados vários meios para a valorização desta mercadoria.

Isso ocorre, porque “o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, p.11), e estando estes agentes, em sua maioria, a serviço da lógica capitalista, o espaço citadino passa a ser mercantilizado, visando não o seu valor de uso, a habitação enquanto necessidade básica do ser humano, mas sim, enquanto mercadoria.

Essa produção da cidade, sobretudo, no que se refere à habitação é realizada, segundo Abramo (2010), a partir de três lógicas: a lógica do Estado, onde o espaço de moradia é produzido por intermédio de financiamento de bancos estatais e programas habitacionais; a lógica do mercado, comandada pelos grupos empresariais do setor imobiliário e tendo, portanto, como base a constante busca pelo lucro; e uma terceira e importante lógica de produção do espaço urbano, a 'lógica da necessidade', que como já explicado, é entendida como a forma de produzir espaço dos indivíduos excluídos da lógica do mercado e negados pelo Estado o direito à moradia, ou seja, através das ocupações urbanas e assentamentos informais.

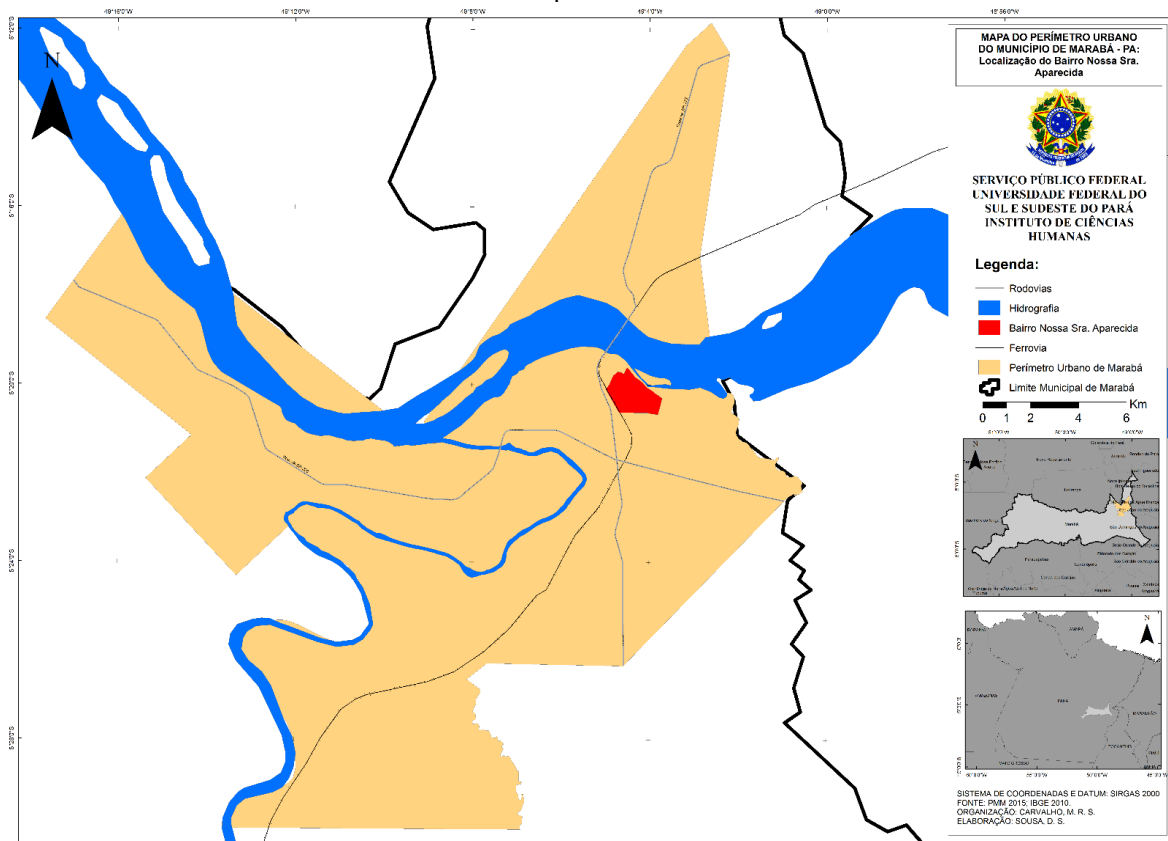
O BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DA LÓGICA DA NECESSIDADE EM MARABÁ

Marabá ao longo da sua formação histórico-territorial possui como principal lógica de produção do espaço urbano, ou, a que mais contribuiu em termos de crescimento da mancha urbana, a lógica da necessidade. As lógicas estatal e de mercado, também estiveram presentes de forma significativa na construção da cidade, a exemplo das interferências do Estado, principalmente, no que tange à criação do núcleo Nova Marabá na década de 1960, e, posteriormente (século XXI), os bairros do

Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV) e a mercantilização exacerbada da cidade e da terra urbana, sobretudo, na última década através da criação de diversos condomínios e loteamentos (SOUZA, 2015). Ambas, apesar da materialidade de suas ações em expandir a área urbana do município, tiveram por meio de processos sociais e econômicos estreita relação com a ampla atuação da lógica da necessidade na cidade em questão, que somados a outros fatores geopolíticos e, sobretudo, econômicos influenciaram sobremaneira no surgimento, e, expansão dos assentamentos informais urbanos.

Um desses assentamentos é o Nossa Senhora Aparecida (FIGURA 02), onde através da pesquisa *in loco*, foi possível compreender não apenas a relevância das ocupações urbanas no processo recente de produção do espaço urbano, mas, como ocorre a produção desses espaços e nestes, a reprodução da vida, ou seja, como vivem a cidade, como acessam os equipamentos urbanos e se possuem acesso aos serviços básicos de consumo coletivo, indispensáveis à reprodução social no espaço citadino contemporâneo.

Figura 2: Mapa do perímetro urbano de Marabá e localização do Bairro Nossa Senhora Aparecida



Elaboração: CARVALHO (2016).

O BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

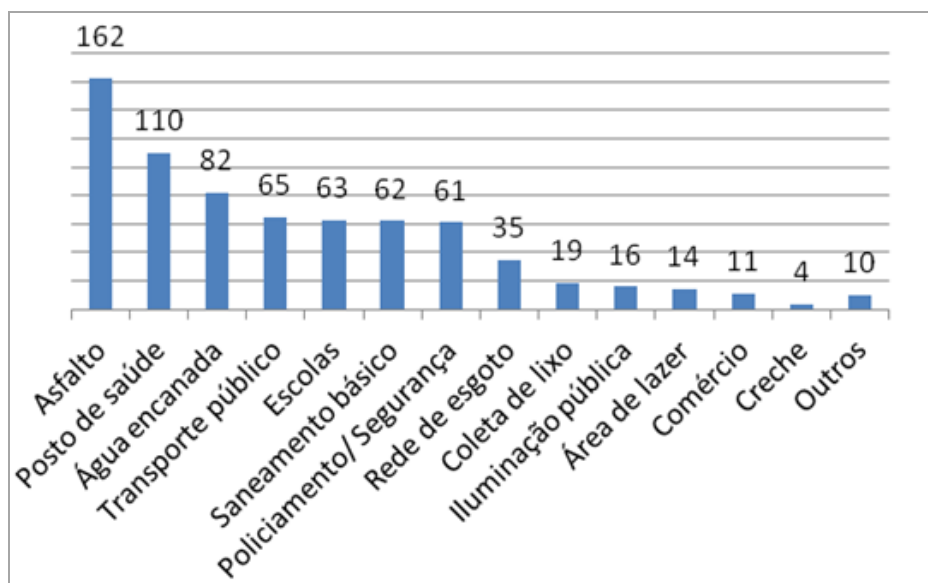
É importante salientar que o bairro nem sempre foi chamado de Nossa Senhora Aparecida, por um bom tempo o marabaense, inclusive o morador do bairro, se referia à ocupação apenas como “Coca-Cola”, ou “invasão da Coca-Cola”, e até hoje, é como o bairro é conhecido popularmente. Isso por conta da sua localização, afinal, a ocupação ocorreu nos fundos de uma área da empresa Marabá Refrigerantes, distribuidora dos produtos *Coca-Cola Company*. Não bastando essa proximidade, a

principal entrada de acesso ao bairro, e que na época da ocupação era a única, se localiza ao lado do prédio da distribuidora, às margens da BR 222, então PA150, e que era vizinho da área que pertencia à Fazenda Bandeira, alvo da ocupação, tendo por marco divisório a Estrada de Ferro Carajás.

A referida ocupação foi iniciada em 2005, numa área que pertencia a uma antiga fazenda, chamada Bandeira. Após mais de dez anos de existência, o Bairro Nossa Senhora Aparecida já vivenciou momentos que resultaram em melhorias infraestruturais, mas ainda há muito a ser melhorado nesse aspecto. Com relação à regularização fundiária e à titulação dos imóveis, os avanços são ainda mais irrisórios, a considerar o fato do bairro ainda não ser regularizado e os moradores não possuírem a titulação dos imóveis. Apesar da fazenda já ter sido desapropriada pelo poder público municipal (através da Superintendência de Desenvolvimento Urbano do município), a regularização do bairro não foi efetuada, porque a área ainda não está completamente “paga”, como afirmam os moradores, ou, em outros termos, os antigos donos da fazenda Bandeira ainda não foram completamente indenizados, o poder público, na instância estadual indenizou os proprietários das terras com um valor referente a uma parte da propriedade.

O bairro melhorou em termos de infraestrutura, principalmente se comparado aos primeiros anos da ocupação. Uma das conquistas mais notáveis é a pavimentação das avenidas principais e algumas outras ruas. Tal conquista não ocorreu rapidamente, e é fruto de lutas e diálogos da comunidade. No entanto, comprovamos que a pavimentação no bairro é insuficiente, quando, em nossas pesquisas, perguntamos aos moradores “quais as principais carências do bairro?” e a necessidade mais citada foi asfalto. Nessa pergunta, os moradores poderiam citar quantas carências achassem necessário, assim, alguns se continham em falar apenas uma ou duas necessidades, mas, a grande maioria elencava várias e por esse motivo mensuraremos as principais carências do bairro explicitando a quantidade de vezes em que determinada necessidade foi citada, como podemos observar na figura 3.

Figura 3: Gráfico das principais carências do bairro Nossa Senhora Aparecida (2016)



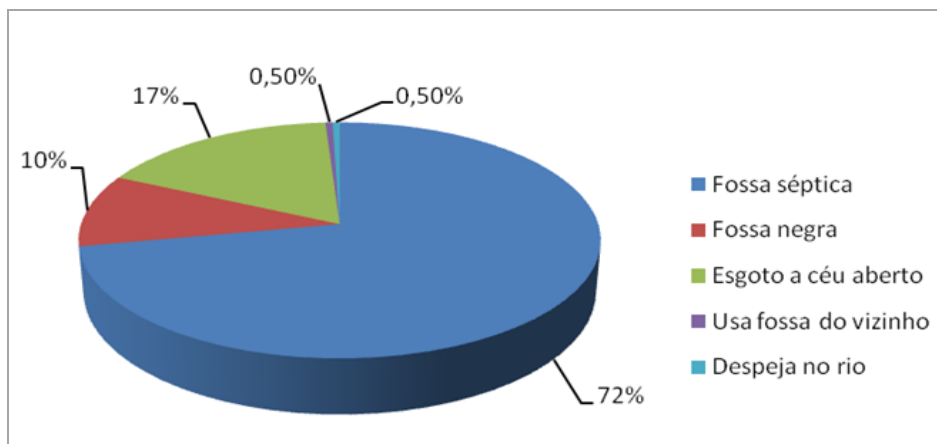
Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Perceba que Asfalto foi a carência mais citada e com muito mais recorrência do que Posto de Saúde e Abastecimento de Água, o segundo e terceiro lugar no gráfico, respectivamente, pois mesmo sendo de suma importância que essas carências sejam sanadas, o acesso aos Postos de Saúde podem ser feitos em outros bairros e o Abastecimento de Água mesmo que com dificuldade e água de baixa qualidade pode e é feito através de poços, no entanto, a poeira em excesso e os males causados por

ela, fazem com que boa parte da população tenha por prioridade a pavimentação ao invés de outros serviços ou equipamentos.

A pavimentação no bairro não é acompanhada de esgotamento sanitário, em algumas ruas em que há asfalto foram, inclusive, colocados tubos e manilhas para a rede de esgoto, mas, nunca foi efetivada e o esgoto mesmo nas ruas asfaltadas corre a céu aberto. Constatado que o bairro não possui esgotamento sanitário foi perguntado aos moradores qual o destino dos dejetos e 27% vai para esgotos a céu aberto ou fossas negras (FIGURA 4).

Figura 4: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Destinação dos dejetos (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Outro aspecto importante do saneamento básico que foi verificado é a coleta de lixo, onde 43% dos domicílios não são atendidos, levando essa porcentagem dos moradores a procurar outra destinação para os resíduos sólidos produzidos na casa, onde, na maioria dos domicílios (54%), os moradores declararam queimá-los e 26% jogam em lixões a céu aberto (os demais utilizam outras estratégias para se desfazerem dos resíduos, como levar até uma outra rua ou bairro, onde passa a coleta).

A demonstração mais latente de que o bairro não possui o mínimo de saneamento básico necessário é a inexistência de abastecimento de água tratada. Como pode ser observado na figura 3, o abastecimento de água está entre as carências do bairro mais citadas pelos moradores. Isso porque a grande maioria das residências (98%) possuem por fonte de água poços não-artesianos, ou como chamam os moradores “poços boca larga”, perfurados sem muita tecnologia e sem a profundidade necessária para alcançar lençóis freáticos imunes a influência de esgotos e fossas principalmente as fossas negras. Quanto aos outros 2% dos domicílios, 0,50% compram água mineral, 0,50% utilizam água diretamente do rio e 1% possui poço artesianos.

Quando perguntados quanto à principal motivação para terem ido morar no bairro, dos 286 domicílios visitados, em 142 (49,65%) as pessoas afirmaram ter ido residir no Nossa Senhora Aparecida pela oportunidade de ter casa própria e/ou deixar de pagar aluguel, 100 famílias a mais que as que responderam ter ido morar lá por terem vindo para Marabá em busca de melhores condições de vida (14,68%), segunda resposta mais recorrente. Esses mais de 14% são moradores oriundos de outros municípios ou da zona rural de Marabá que vieram para a cidade em busca de empregos, melhoria na renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida, e não encontrando em Marabá condições de adquirir terreno ou casa no mercado formal, “optam” pelos assentamentos informais, por serem mais baratos.

Essa motivação (terrenos e/ou casas mais baratos que em outros bairros), aparece como a terceira resposta mais recorrente, tendo sido dita em 23 domicílios (8,04%), empatado com as famílias que tinham casa em outros bairros, mas, que viram na supervalorização imobiliária uma oportunidade para vender a casa e adquirir outra na “Coca-Cola”, justamente por serem mais baratos os terrenos

ou casas, possibilitando ao morador faturar algum dinheiro com essa mudança. Em seguida, aparecem os moradores que citaram (14 vezes, 4,89%) motivos familiares e/ou afetivos para irem morar no bairro, oriundos tanto de outros bairros da cidade, quanto de outros municípios e zona rural, alegando estarem residindo no Nossa Senhora Aparecida por conta de familiares que já residiam, por serem idosos e com a mudança passaram a ficar mais próximos dos filhos e/ou netos, porque casou e a família do cônjuge já residia no bairro, entre outros.

Em treze domicílios (4,54%) afirmaram morar de aluguel e que residem no bairro por este ser mais barato que em outros bairros da cidade. Doze (4,19%), atribuíram morar no bairro por conta de qualidades ou vantagens frente aos bairros em que residiam anteriormente (6 porque o bairro anterior alagava, 1 porque onde morava também era ocupação, teve reintegração de posse e foi expulso, 4 porque o antigo bairro era muito violento e “aqui é mais tranquilo”, e 1 porque “aqui” conseguiu um terreno em que ele consegue plantar e no antigo endereço não conseguia).

Sete (2,44%), pela localização do bairro, por ser (mais) perto do trabalho ou por algum (s) equipamento (s) urbano (s) de que necessite com frequência. Cinco (1,74%), por conta de tratamento de saúde, provenientes de outros municípios ou zona rural de Marabá, que vieram para a cidade em busca de serviços relacionados à saúde, e só tiveram condições de se estabelecer em um assentamento informal. Três (1,48%) mudaram-se para o Nossa Senhora Aparecida com o intuito de montar no bairro o próprio negócio. Um, reside no bairro porque mora de favor, a casa que mora é cedida, e um outro mora no bairro por ter além da casa no bairro, uma outra em outra área da cidade, e como no bairro aluguel é mais barato, essa família prefere morar na “Coca-Cola” e alugar a outra casa, aumentando assim o complemento da renda. Estes dois últimos juntos somam menos de 1%.

Foi observado que muitos moradores residiam, anteriormente, em outros municípios e ao chegar a Marabá encontraram no bairro Nossa Senhora Aparecida, a possibilidade de se estabelecerem (24%), enquanto muitos outros, a maioria (76%), já residiam em Marabá, e por conta de diversos processos, sobretudo, relacionados à especulação imobiliária e a mercantilização da cidade (SOUZA, 2015), foram “empurrados” para assentamentos informais como este, pois, apenas 11% dos moradores que já residiam em Marabá, vieram da zona rural do município, e 89% de outros bairros da zona urbana de Marabá, inclusive, de outras ocupações. Do total de outros municípios em que os moradores residiam anteriormente, 54% são municípios paraenses, e os demais (46%), municípios de outros estados da federação.

Figura 5: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Motivo pelo qual foi morar no bairro (2016)

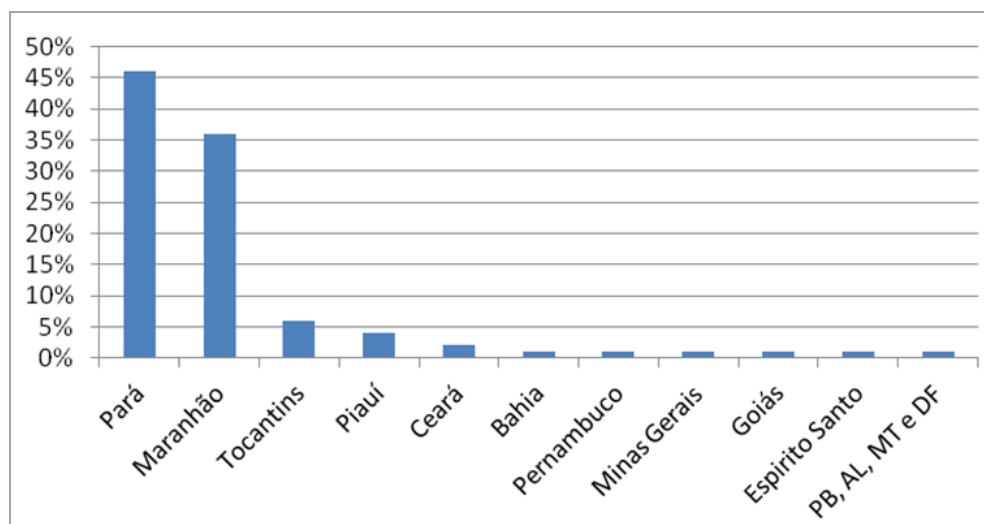


Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Dos moradores que residiam anteriormente em outros estados a maioria morava no Maranhão (mais de 77%), mas, aparecem ainda na pesquisa; Tocantins (8%), Sergipe, Bahia, Amapá, Rondônia e Rio Grande do Sul, cada um com cerca de 3%. Na pesquisa além do local de moradia anterior, foi

perguntado aos moradores onde nasceram, o local de origem dos moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida (FIGURA 6).

Figura 6: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Estado da federação em que nasceu o morador (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

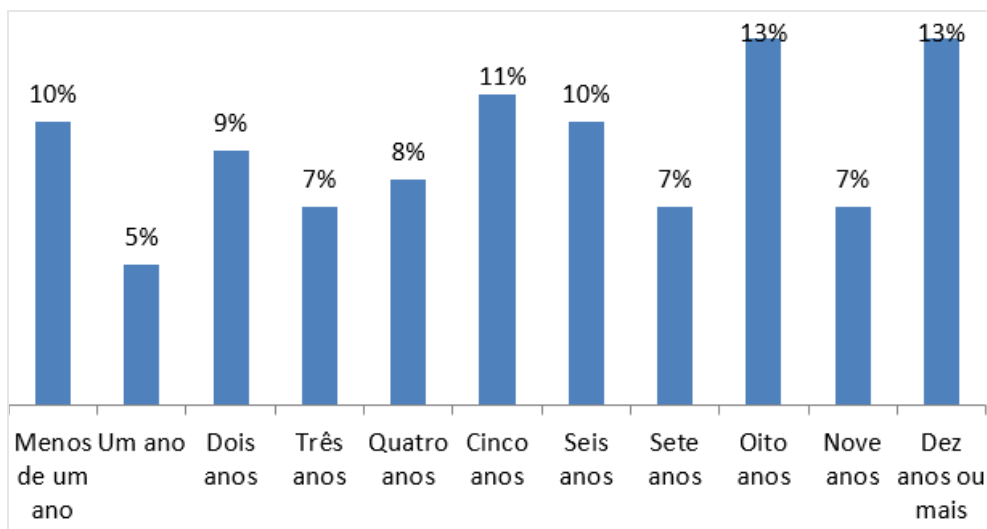
O gráfico e informações anteriores sobre a origem dos moradores e de onde residiam antes de morar no bairro Nossa Senhora Aparecida, só fortalecem o que já foi dito referente aos fluxos migratórios para a região, e, mais especificamente para Marabá. Outra informação que pode nos dizer muito a respeito de tais fluxos e os respectivos momentos econômicos que os impulsionaram, é o tempo em que esses moradores residem no bairro. Conforme demonstrado na Figura 7, houve dois momentos na história do bairro em que mais pessoas chegaram para ali se estabelecer.

Os dois momentos em que o bairro mais recebeu pessoas são há 8 e 10 anos ou mais, exatamente os momentos em que Marabá passava pelo auge da indústria siderúrgica, e após o anúncio da ALPA, respectivamente. O primeiro momento, de surgimento e consolidação da ocupação (2005/2006), sob influência da promessa de empregos diretos e indiretos na indústria siderúrgica e demais atividades de serviços e comércio, aquecidos por tal atividade industrial (RIBEIRO, 2010). O segundo momento (2008/2009), ocasionado pelo anúncio do empreendimento ALPA, provocou alteração em todo o mercado de imóveis, elevando o preço da terra urbana e da moradia (SOUZA, 2015), fazendo com que muitos habitantes da cidade e outros advindos de vários lugares, atraídos pela promessa de emprego, fossem residir nos assentamentos informais urbanos causando um inchaço nesses espaços, como ocorreu com o Nossa Senhora Aparecida.

O motivo desses trabalhadores não conseguirem acessar outras formas de habitar, ou mesmo deixar de utilizar outra forma de habitar, é a baixa capacidade de solvência, ou seja, de pagar pela moradia (ABRAMO, 2010), haja vista que para acessar o mercado formal de terra urbana é necessário uma remuneração que só é alcançada, em sua maioria, por pessoas que exercem atividades atreladas a um grau de escolaridade mais alto, e aí podemos fazer uma associação do grau de escolaridade dos habitantes do bairro, com a faixa salarial desses moradores e a consequente (in)capacidade de pagar pela moradia no mercado formal de terras.

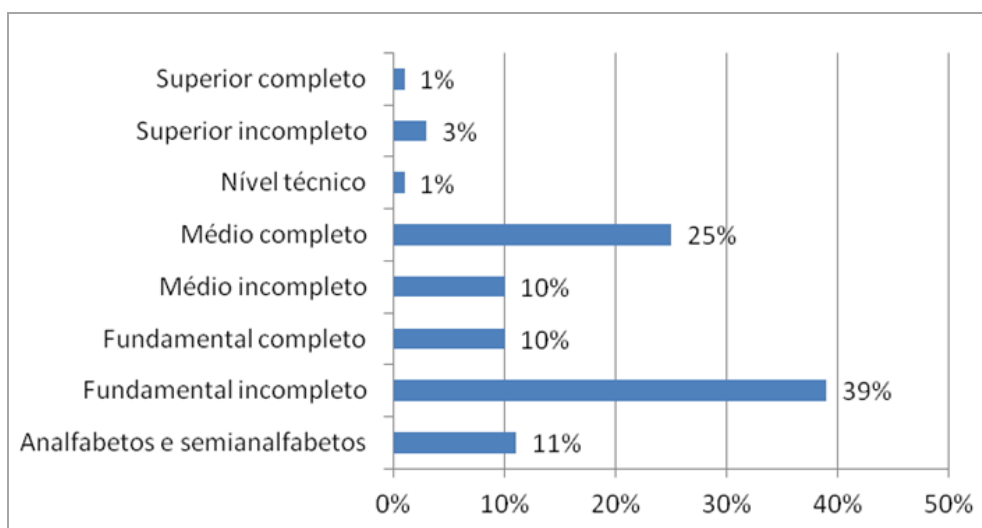
A respeito da renda familiar, em 95% dos domicílios a renda está na faixa entre um e três salários mínimos, 3% de 4 a 6 salários mínimos, e 2 % menos de um salário mínimo. É possível afirmar que há uma relação entre a renda familiar e o baixo grau de escolaridade dos chefes de família, como pode ser observado na figura 8.

Figura 7: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Tempo de residência no bairro (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Figura 8: Bairro Nossa Senhora Aparecida – Escolaridade dos chefes de família (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

É possível observar que 70% dos moradores não possuem o ensino médio completo, nível de escolaridade exigido para exercer a grande maioria das funções no comércio e setor de serviços, sendo que apenas 10% possuem o ensino fundamental completo, nível de escolaridade exigido para as funções que pagam os menores salários no mercado de trabalho formal. É válido ressaltar que mesmo tendo cursado o ensino fundamental ou até médio completo, isso não é garantia de emprego, haja vista a exigência do mercado de trabalho e o cenário de crise econômica que se instalou no país e na região. Sendo assim, muitos moradores recorrem ao mercado de trabalho informal, com remuneração geralmente baixa e desprovido de direitos trabalhistas.

Para alcançar ao menos o nível fundamental de ensino, os moradores necessitam sair do bairro pois neste só há escolas que atendem até o 5º ano. No bairro vizinho, o Araguaia, há uma escola

que atende do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no entanto, a quantidade de alunos que ela pode atender não é o suficiente nem para a demanda do próprio bairro.

Outra escola localizada no bairro Araguaia atende a comunidade do Nossa Senhora Aparecida, a Escola Prof. José Flávio Alves Lima, mas, apenas nos anos iniciais, isso porque além da proximidade, a escola ainda tem uma história e relação de pertencimento com o Nossa Senhora Aparecida, haja vista que a referida foi fundada e funcionou em seus primeiros anos no bairro “Coca-Cola”.

Isso ocorreu porque após a ocupação da fazenda e início da formação do bairro notou-se a necessidade de uma escola, principalmente, para atender as crianças menores, já que, além da distância, para chegar a qualquer colégio, naquele momento, era necessário atravessar a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Rodovia PA 150 (hoje, BR 222). Na ocasião, um grupo de pessoas, incluindo professores, resolveram lecionar para as crianças no próprio bairro, no entanto, não havendo um espaço físico suficiente para atender a quantidade de crianças, e nem condições para a construção, a solução foi reaproveitar a velha estrutura do antigo curral da Fazenda Bandeira. Professores e alunos passaram a fazer de um curral, ambiente escolar e tudo que foi feito pela prefeitura naquele momento, foi disponibilizar a transferência de professores que moravam no Nossa Senhora Aparecida e trabalhavam em outros bairros, para que passassem a trabalhar oficialmente, enquanto servidores do município e atendendo as crianças do bairro (a escola chegou a atender 800 crianças), num curral (CARVALHO, 2013). Recentemente, o poder público construiu um prédio para a escola, só que, como já dito, no bairro Araguaia (FIGURA 9 e FIGURA 10).

Figura 9: Fotografia dos alunos na “escola curral” em 2010



Fonte: CARVALHO, 2013.

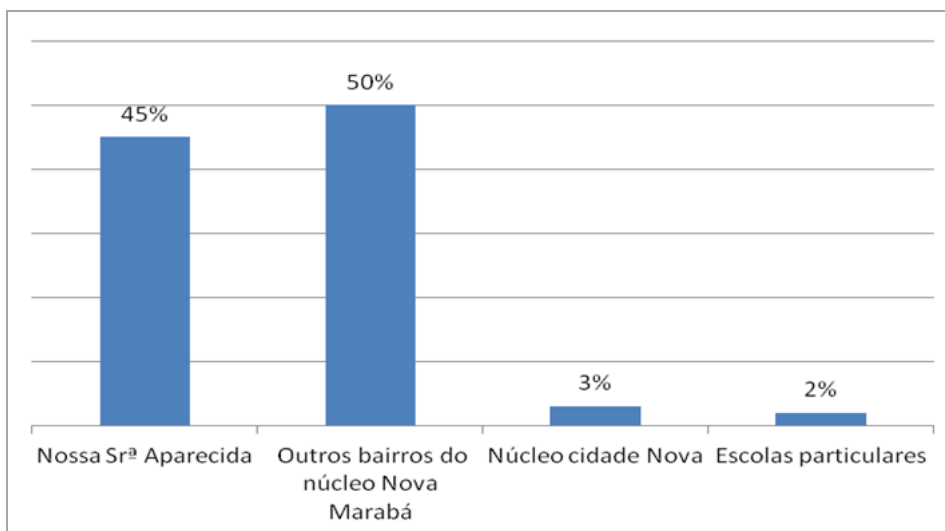
Figura 10: Atual prédio da Escola Prof. José F.A. Lima (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Além desta, atualmente, o bairro conta com um Núcleo de Educação Infantil e com a Escola Marilene Cirqueira Rodrigues. Estes três núcleos educacionais que atendem o bairro são insuficientes, pois só atendem a educação infantil e o ensino fundamental 1, até o 5º ano. Dessa forma, todo estudante residente no bairro que precisa cursar do 6º ano do ensino fundamental em diante, precisa se deslocar para outros bairros. Dos moradores que declararam ter estudantes em casa (maioria crianças e adolescentes), apenas 45% suprem a demanda escolar com os colégios do bairro (incluímos a escola Prof. José. F. A. Lima em “colégios do bairro” pelo motivo supramencionado), a maioria recorre a escolas de outros bairros da Nova Marabá, e há também quem precise ir a outro núcleo para frequentar a escola (FIGURA 11).

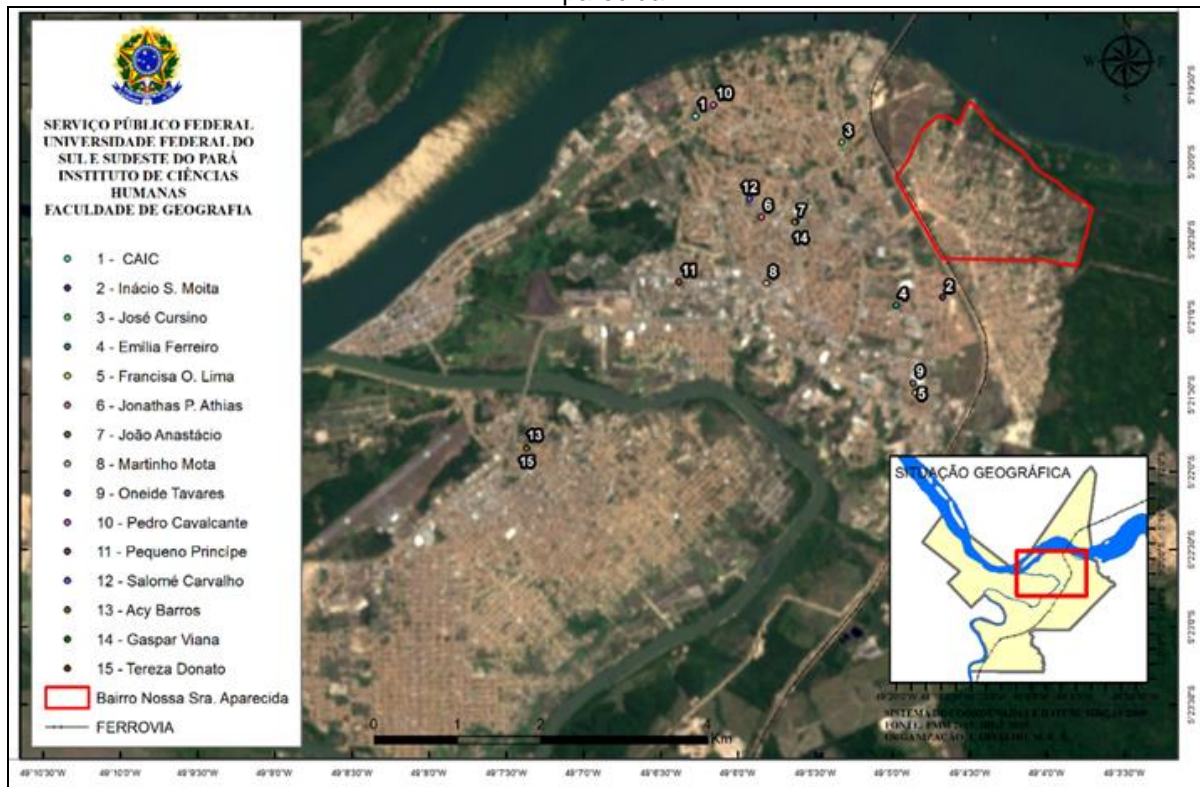
Figura 11: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Localização das Escolas frequentadas (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

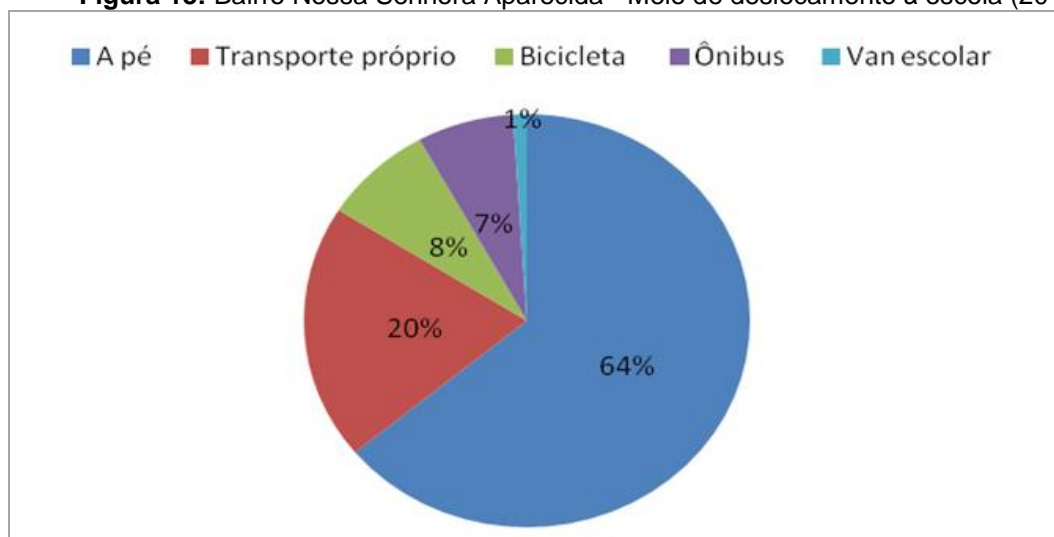
Apenas 2% dos estudantes do bairro fazem uso da rede privada de ensino, sendo todas essas escolas particulares localizadas na Nova Marabá. Para termos compreensão do deslocamento dos moradores até as escolas, e da localização destas, é necessário observarmos o Mapa (FIGURA 12).

Figura 12: Mapa de localização das escolas de outros bairros que atendem o Nossa Senhora Aparecida



Elaboração: CARVALHO (2016).

Figura 13: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Meio de deslocamento à escola (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). Elaboração: CARVALHO (2016).

Para um bairro em que a grande maioria das pessoas não possui transporte próprio, o deslocamento até a escola realizado por transporte público ser de apenas 7% é um tanto quanto atípico, sobretudo, se considerarmos que várias escolas são relativamente distantes. Isso ocorre devido a distância entre a residência e os pontos de ônibus mais próximos, todos na rodovia BR 222, pois, não há linhas do transporte público urbano que adentrem o bairro, sendo assim, não é compensatório ao morador caminhar uma longa distância até o ponto de ônibus, sendo que poderia estar empregando esta caminhada na direção da escola. Não é por acaso que no primeiro gráfico (FIGURA 3), que mostra as principais carências do bairro, de acordo com os moradores, transporte público fica em quarto lugar atrás apenas de asfalto, abastecimento de água e posto de saúde.

Outro serviço em que o morador do Nossa Senhora Aparecida não é atendido, é com relação à saúde. O bairro não possui posto de saúde, o que obriga o morador a procurar esse serviço em outros bairros da cidade, a maioria no Km 07 e no Hospital Municipal de Marabá (HMM), onde aparecem como a primeira opção para atendimento de saúde em 156 e 69 domicílios respectivamente, por serem mais próximos, mas não somente eles, como mostra o próximo gráfico (FIGURA 15) em que apresenta a quantidade de moradores que citaram cada local. O Mapa (FIGURA 14) nos mostra a localização dos serviços de saúde utilizados pelos moradores, o que nos possibilita compreender minimamente como ocorrem, em termos de distância, os deslocamentos para atendimento nos equipamentos públicos de saúde.

O transporte utilizado no deslocamento para os serviços de saúde é diversificado, sobressaindo os que vão a pé, por conta da relativa proximidade com o posto do Km 07 e com o HMM, e os que vão de transporte próprio, atribuído a quantidade de motos no bairro, uma alternativa diante da ausência de transporte público (FIGURA 16).

Figura 14: Mapa de localização dos serviços de saúde utilizados pelos moradores

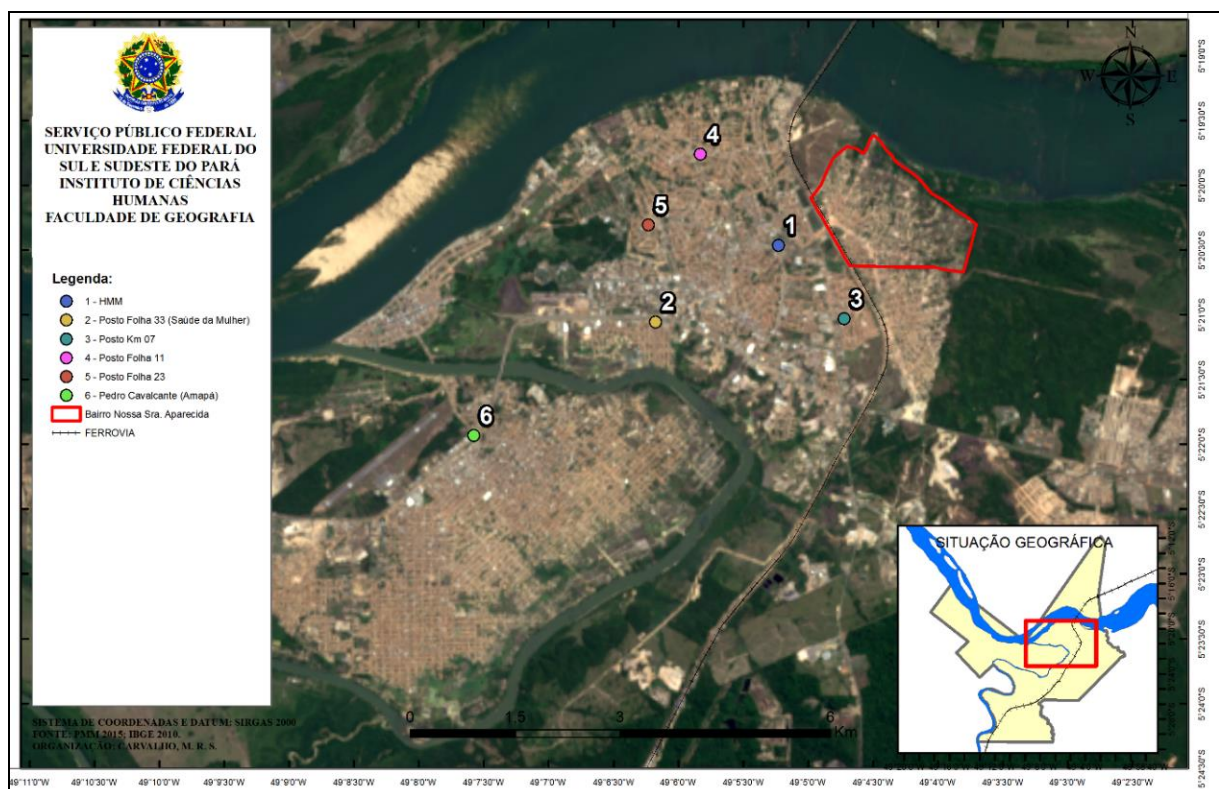
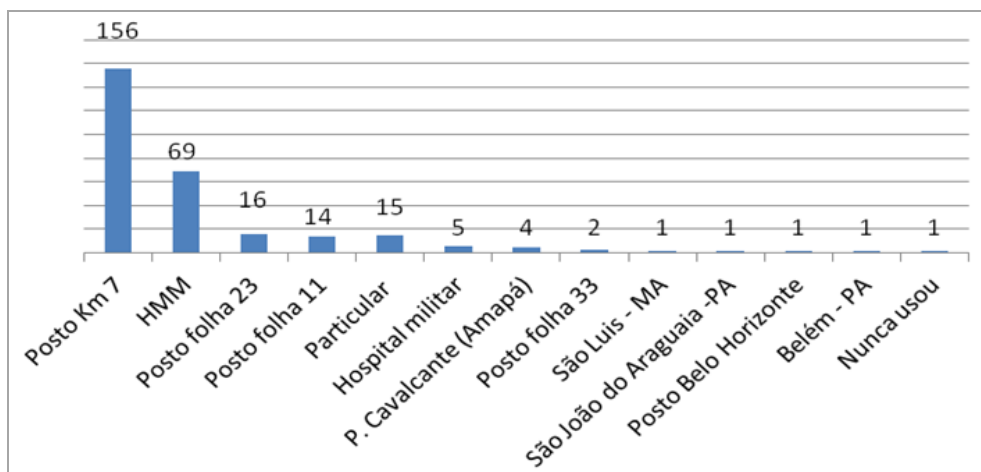
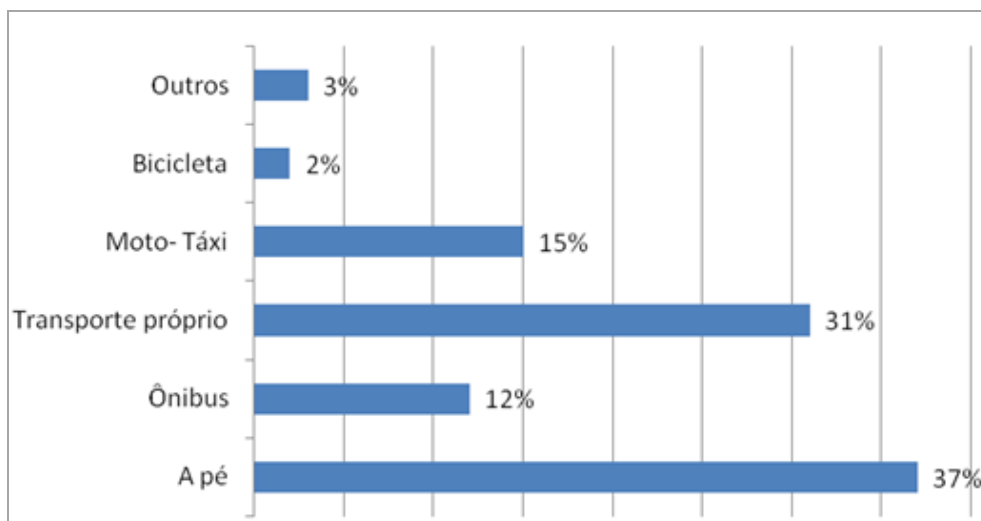


Figura 15: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Local de uso dos serviços de saúde



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Figura 16: Bairro Nossa Senhora Aparecida - Meio de deslocamento aos serviços de saúde (2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (2016). **Elaboração:** CARVALHO (2016).

Os 15% referentes ao uso do moto-táxi também podem ser encarados como uma alternativa frente a falta de transporte público e os 12% de ônibus atribui-se a moradores que buscam serviços de saúde em locais mais distantes do bairro.

O que se pode observar é que o bairro foi e está sendo construído pelas pessoas, pela ausência de recursos, assim como preconiza Corrêa (1989), quando chama essas pessoas de grupos sociais excluídos, enquanto agentes produtores do espaço urbano pois, de fato, o são, já que se propuseram a criar seu próprio espaço de habitação.

De acordo com o que afirma Abramo (2010), movidos pela necessidade, se apropriaram de uma área então rural, que não mais produzia e ali eles sim produziram seu espaço e continuam a produzi-lo, sempre no intuito de alcançar melhorias para o bairro, principalmente, no que se refere aos serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo, que como podemos observar, não lhes são acessíveis como deveria ou como necessitam.

A luta pelo direito à cidade, como pode ser observado, não se limita à moradia, uma vez que mesmo a maioria possuindo a casa própria, não despendendo parte da renda familiar para tal fim, as áreas em que residem, os assentamentos informais, são marginalizadas pela cidade, e negadas a elas o acesso aos mencionados equipamentos urbanos e serviços, que como é sabido, são básicos e indispensáveis à reprodução social e ao mínimo de qualidade de vida necessária. Nesse sentido, concordando com Lefebvre (2008), o direito à cidade deve manifestar-se como direito à vida urbana, aglutinando uma série de 'direitos': "direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra [...] e à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade)" (LEFEBVRE, 2008, p.134, grifos do autor).

Nesse sentido, percebe-se através da realidade do bairro Nossa Senhora Aparecida a prevalência do *habitat* em detrimento do *habitar*, já que falta aos moradores do local tudo aquilo que é necessário para a existência de um ambiente social propício à realização da vida, com exceção da moradia em si, expondo esta população à situação de uma "nova miséria", como afirma Lefebvre (2008, p.138): "a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido)".

As informações explicitadas nesse trabalho, reforçam a afirmação de Carlos (2008), quando diz que a produção do espaço não é apenas contraditória, mas também diferenciada, produzindo formas diferenciadas de acesso, segregando e atribuindo valor de troca também aos equipamentos e serviços a partir do momento em que as parcelas da terra urbana com menores preços são mais afastadas dos serviços e equipamentos, enquanto as com maiores preços geralmente são mais acessíveis aos sistemas de transporte, vias de comunicação, e infraestrutura em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos provenientes de ocupações em Marabá, tanto mais antigos oriundos dos ciclos econômicos anteriores ou do início da mineração, quanto os mais recentes, também atrelados à mineração somados representam parcela significativa do espaço urbano marabaense. O que pôde ser observado, através da metodologia utilizada, é que mesmo os assentamentos informais urbanos representando importante parcela do espaço citadino, a própria cidade lhes é negada, sobretudo, no que tange à utilização de equipamentos públicos e serviços básicos coletivos, onde, através do estudo de caso apresentado, foi possível perceber que as necessidades básicas da população destas áreas não são atendidas desde o transporte público até a saúde, passando pela ineficiência e/ou insuficiência de coleta de resíduos sólidos, ausência de esgotamento sanitário, insuficiência de escolas, ausência de policiamento e de iluminação pública, pouca pavimentação, inexistência de áreas de lazer, entre outros.

No entanto, há a necessidade de se utilizar tais serviços, e acessar tais equipamentos, o que leva os moradores a adotarem as mais diferentes estratégias, na tentativa de suprir suas necessidades e sobreviverem em meio a desigualdade do espaço urbano.

Como supradito, historicamente, alguns fatores econômicos foram determinantes para o surgimento e crescimento das ocupações urbanas em Marabá, inclusive na história recente, pois, foram nos últimos dez anos que os principais vetores de urbanização da divisão territorial do trabalho, exerceram influência sobre Marabá de forma mais rápida e intensa (RODRIGUES, 2015). Os períodos de início e expansão do bairro Nossa Senhora Aparecida, como nos revela a pesquisa de campo (FIGURA 7), "coincidem" com o ápice da siderurgia no município, e com a expectativa gerada pelo anúncio do empreendimento ALPA e isso nos ajuda a compreender a produção recente do espaço urbano da cidade de Marabá como um todo.

Certamente, outros fatores, relacionados ou não, aos mencionados, podem também ter influenciado nos fluxos migratórios para a cidade e no mercado imobiliário, nos respectivos momentos, no entanto, o que estamos propondo, é que, a grande influência econômica que o auge da siderurgia causou na região, atraindo fluxos migratórios (RIBEIRO, 2010), e, posteriormente, a alteração no mercado da terra urbana e também atração populacional, causados pelo anúncio da ALPA (SOUZA, 2015), aumentaram, em seus respectivos períodos, as desigualdades sociais no espaço urbano de Marabá, aumentando a quantidade de pessoas habitando em assentamentos informais, resultando no bairro Nossa Senhora Aparecida, no seu momento de criação e, posteriormente, no seu momento de maior crescimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. In: LEAL. S.; LACERDA, N. (orgs.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat**: olhares cruzados Brasil-França. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p.211-240.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1ªed. 1ªreimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 270p.
- _____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157p.
- CARVALHO, Cleide. Crise em Carajás: com minério, sem riqueza. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/crise-emcarajas-com-minerio-sem-riqueza-8109043>>. Acesso em 12 jul. 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1ªed.São Paulo: Ática,1989.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: **Revista GEOUSP**, São Paulo, Nº 23, pp. 125-132, 2008.
- IBGE.**Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtml>. Acesso em 09 jun. 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. 454p.
- _____. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144p.
- RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica**: a experiências de Marabá no Sudeste Paraense. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias Amazônicas**: Análise de Santarém e Marabá.2015. 270f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.
- SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA)**: a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 2015. 297f. Tese (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, programa de Pós – Graduação em Geografia, Uberlândia, 2015.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, p.114-139, 2004.

Recebido em: 22/06/2017

Aceito para publicação em: 20/02/2018